

Da fraude histórica ao mito: a libertação dos loucos de Bicêtre por Ph. Pinel (*)

J. POSTEL (**)

INTRODUÇÃO

Sabemos que o discurso de um Philippe Pinel libertando os alienados das suas correntes em Bicêtre, no ano II da República (1793-1794), aparece como fundador da psiquiatria em França, e talvez em todo o mundo ocidental. Ele é conhecido e ensinado desde a escola primária, logo que os jovens alunos estudam a história da Revolução Francesa. São muitos os manuais que ainda reproduzem, a seguir à tomada da Bastilha, o famoso quadro de Ch. Muller que domina a sala dos Passos Perdidos da Academia Nacional de Medicina, na rua Bonaparte n.º 16, em Paris, essa alta esfera da ciência médica francesa e europeia (1). Encontramos uma versão pictórica ligeiramente diferente num outro lugar célebre onde se fundou a neuropsiquiatria moderna: a biblioteca Charcot, no hospital da Salpêtrière. Desta vez, o grande quadro pintado por Tony Robert-Fleury já não representa a libertação dos homens alienados de Bicê-

tre, mas a das mulheres na Salpêtrière (2), episódio posterior na carreira do grande alienista, pois Philippe Pinel só aí chegou em 1795.

Assim representada desde 1849 por Muller (dois anos antes do seu célebre quadro «Crimes do Terror»), e por Robert-Fleury, na sua repetição com os alienados do «Segundo sexo», em 1878, ano em que Charcot inicia os «estudos psicológicos e clínicos sobre o hipnotismo nos histéricos» (3), esta «libertação» torna-se quase realidade na história da psiquiatria, dado também o carácter daqueles dois pintores académicos, bastante estimados pelas autoridades oficiais da época. Voltamos de resto a encontrar nas primeiras páginas da secção consagrada por H. Ey à psiquiatria na monumental *Encyclopédie médico-chirurgicale*, uma reprodução do quadro de Robert-Fleury. E esta história parece tão «verdadeira» que nem Foucault ousará recusá-la na sua *Histoire de la folie* (4) onde o seu olhar crítico se dirige contudo sem condescendência sobre estes acontecimentos fundadores da «Re-traite» d'York, como em Bicêtre. Ainda hoje, reduzir esta história da libertação dos alienados a um mito, parece muitas vezes ser uma acção de iconoplasta. É que, não obstante os documentos históricos que não faltam para destruir o mito — diga

(*) Artigo elaborado a partir dos capítulos II e III de um livro a publicar nas edições Le Sycomose, Paris: J. Postel, *Génese de la psychiatrie; Les premiers écrits psychiatriques*, de P. Pinel.

(**) Psiquiatra. Professor na «École de Haute Étude et Science Sociale», Paris; Director de Clínica no Hospital Psiquiátrico Esquirol, Paris.

Foucault o que disser —, tal mito tem vida longa. Contudo, quando lemos os primeiros textos consagrados a Ph. Pinel, descobre-se que Esquirol, o discípulo, Scipion Pinel, o próprio filho, e depois René Semelaigne, sobrinho-neto, vão construir o mito, sem se preocuparem muito com as inverosimilhanças que vão justapor, sem temer a incoerência e a discordância. Na tese inaugural que consagra ao seu ilustre tio-avô, em 1888, o doutor René Semelaigne não hesita em descrever longamente (pp. 34-38) a famosa «libertação dos alienados» precedida de «a visita de Couthon a Bicêtre», copiando a versão de Scipion Pinel, e em citar em seguida (pp. 116-117) sem qualquer crítica, a passagem da segunda edição do *Traité Médico-Philosophique*, de Ph. Pinel, onde este desmente formalmente o acontecimento: «Não foi sem grande mágoa que eu não pude ver (durante o exercício das minhas funções de médico em Bicêtre, durante os primeiros anos da Revolução) o fim feliz deste costume bárbaro e rotineiro; mas eu estava, por outro lado, descansado e contava com a habilidade do vigilante deste hospício (Pussin), que não levava menos a peito fazer cessar esta negligência dos verdadeiros princípios. Ele consegue isso felizmente dois anos depois (4 «prairial», ano VI) e nunca nenhuma medida foi melhor idealizada e seguida de um sucesso mais evidente. Os alienados, longe de serem condenados que é preciso punir, são doentes cujo estado penoso merece todo o respeito devido à humanidade sofredora, e para os quais devemos procurar, pelos meios mais simples, restabelecer a razão perdida». O mesmo autor também não hesita, na obra posterior onde retoma o seu primeiro estudo sobre Pinel, *Aliénistes et Philanthropes*, em confirmar a autenticidade do mito apoiando-se sobre as próprias contradições: «Scipion Pinel contou em termos emocionantes, a cena da supressão dos ferros para os alienados. Alguns censuraram-no por ter dramatizado demais o assunto; Couthon, declaram eles, nunca

teria vindo a Bicêtre, porque tal visita não se encontra assinalada em nenhuma das biografias do célebre convencional. Este facto pessoal não tem, apesar de tudo, senão uma importância mínima; a libertação dos alienados realizou-se pela vontade de Pinel, apesar da oposição geral, e numa época em que todo o inovador era suspeito.»

O VERDADEIRO PINEL

Contudo, nada na vida de Philippe Pinel e nos escritos que nos deixou, permite encontrar o testemunho desta libertação. Não se trata aqui de relembrar em detalhe o princípio e o desenvolvimento da carreira do grande alienista. Fizemo-lo em trabalhos anteriores (5, 6), tentando separá-la de toda a mitologia, com a qual os primeiros historiadores hagiógrafos a tinham coberto, e ajudado, para isso, pelas notáveis investigações de G. Bollotte (7), P. Chabbert (8, 9, 10), W. H. Lehler (11), P. Marse (12) e D. Weiner (13, 14). Contentar-nos-emos em a resumir em algumas linhas: nascido a 20 de Abril de 1745, de uma família de médicos, em Jonquières, perto de Castres, Philippe Pinel seguiu os estudos clássicos no colégio de Lavaur, depois os estudos eclesiásticos no colégio de Esquille, em Toulouse; deixa a sotaina para se dedicar aos estudos de medicina nesta cidade, onde obtém o diploma em 21 de Dezembro de 1773, aos 28 anos. No ano seguinte, parte para Montpellier para aí se aperfeiçoar na medicina. Aí simpatiza com Chaptal, ainda estudante, e estuda a monografia de Boissier de Sauvages e segue o ensino de Barthez. Mas não defende uma nova tese. Contenta-se em redigir algumas, bastante mediocres, que vende a estudantes mais afortunados que escrupulosos. É em 1778 que parte para Paris com a esperança de aí fazer carreira. A sua estreia na capital é bastante modesta: sobreviveu graças a lições particulares de matemática, à redacção de

artigos médicos de circunstância, e depois, a partir de 1784, à direcção da *Gazette de Santé*. Traduziu *Institutions de Médecine Pratique*, de Cullen, em 1785, e fez uma nova edição comentada de *Oeuvres Médicales*, de Baglivi em 1788. Exerce pouco a medicina de clientela, trabalhando, sobretudo a partir de 1786, na casa de saúde de Monsieur Belhomme, na rua de Charonne, reservada a doentes mentais ricos. É lamentavelmente mal sucedido por três vezes, no concurso da faculdade para o prémio de Diert para um estudante pobre e não como se escreveu algumas vezes, no título eminente de «docteur régent», pois a sua timidez natural, a sua estatura pequena e uma gaguez bastante penosa não o favorecem. Por essa razão, recusam-lhe um cargo de médico junto de «Mesdames», tias do rei, que ele pedira por intermédio de Lemmonnier, primeiro médico de Luís XVI. Pouco favorecido pelo Antigo Regime, adopta com entusiasmo as ideias da Revolução Francesa, tornando-se oficial municipal e seguindo de bastante perto as sessões da Assembleia Legislativa, e depois da Convenção. Participa no serviço de ordem na execução de Luís XVI, «em armas, com os outros cidadãos da sua secção». Mas torna-se burguês «moderado» e não aceita o terror. Teme mesmo ser preso porque a casa Belhomme especializou-se na guarda de aristocratas suspeitos, que só são considerados loucos até esgotarem os seus bens. Graças a Thouret, que o soube apreciar, consegue fazer-se nomear médico para o hospital de Bicêtre, onde se esconde, fazendo falar dele o menos possível, de 11-9-1793 a 30 «germinal» do ano III. Com a reacção termidoriana, da qual é caloroso adepto, Pinel começa então a carreira triunfal esperada há muito (terá 50 anos): nomeado professor adjunto de física médica e de higiene da nova escola de saúde de Paris, em 14 de Dezembro de 1794, sucede a Doublet na cadeira de Patologia interna em 24 «moréal» do ano III (13 de Maio de 1795) e chega a médico-chefe no

hospital de Salpêtrière. Membro do Instituto em 1803, faz parte do primeiro grupo de condecorados com a «Légion d'Honneur», criada por Napoleão, por servir agora o Império, que lhe agradece nomeando-o «Médecin Consultant de l'Empéreur», em 1805. O seu oportunismo mantém-no no mesmo lugar durante as duas Restaurações. E o antigo «seccionário» de 93 será mesmo condecorado pelo Duque de Angoulême com a Cruz de Ordem de St. Michel, em 1818. Quer dizer que esta carreira brilhante tem o cunho de um belo oportunismo, na senda vitoriosa dos termidorianos moderados que saberão utilizar simultaneamente as sequelas liberais da Revolução, pactuar com o Império, e manter-se nos primeiros lugares na sociedade da Restauração. Só os últimos anos da sua vida serão escurecidos pela sua exoneração, em 1822, do cargo de professor, sob o ministério de Corbière, e por amolecimentos cerebrais sucessivos que o farão morrer num estado de demência avançada, em 25 de Outubro de 1826.

Depois da sua morte, lembrar-se-á sobretudo de Pinel, o facto de ter sido um grande nosógrafo e um clínico que introduziu uma atitude médica verdadeiramente nova perante a loucura. Com efeito, o *Traité de la Manie* traz uma descoberta que Hegel, Stendhal e muitos outros leitores, no princípio do século XIX, saudarão como um monumento capital na história da humanidade. Na verdade, como o lembrava muito justamente Thuilleaux há alguns anos, «é precisamente reduzindo a loucura a uma entidade mórbida que ele parece ter feito o máximo para dar à doença mental um aspecto humano. Mais do que ver em Pinel uma figura mítica que permite aceitar a justificação de uma divisão entre loucura e razão, devemos, pelo contrário, estar-lhe agradecidos por ter desmistificado a loucura para fazer dela um objecto de estudo científico, precisamente porque a loucura não é a perda da razão, mas porque ela é uma outra forma de ser homem sem ser Ou-

tro» (15). O louco já não é um insensato. A comunicação com ele continua possível, porque a sua razão nunca está totalmente perdida. Hegel, pouco suspeito de condescendência a respeito destas especialidades médicas que tentam dar-se um estatuto científico, como a «psychiaterie» assim denominada pelo médico alemão J. C. Reil desde 1802, não se engana. Ele conhece todo o valor desta nova atitude face ao doente mental, preconizada por Pinel e que permite um autêntico tratamento moral (psíquico) da loucura (16):

«O verdadeiro tratamento psíquico limita-se... à concepção que a loucura não é uma perda de razão, nem do lado da inteligência, nem do lado da vontade, mas um simples desarranjo do espírito, uma contradição na razão que ainda existe... Este tratamento humano, quer dizer, tão benévolo como razoável da loucura — e Pinel tem direito ao maior reconhecimento por tudo o que fez a este respeito — considera o doente razoável e nisso encontra um sólido ponto de apoio. Assim, torna-se possível a identificação do homem sensato ou alienado, identificação necessária para que se possa instituir um tratamento verdadeiramente psíquico. Compreende-se como a obra de Pinel podia parecer aos filósofos alemães como estando na origem desta nova concepção da loucura. A mensagem contida na primeira edição do *Traité Médico-Philosophique sur l'Alienation Mentale ou la Manie* (17) é verdadeiramente revolucionária. O reconhecimento de uma subjectividade e de um resto de razão no alienado permite, com efeito, o tratamento moral e uma comunhão de vida num lugar onde ele não está isolado na sua cela, mas é antes convidado a partilhar uma verdadeira convivialidade. Este espaço de encontro possível com os loucos está na origem do asilo que deixa de ser considerado como um lugar de enclausuramento e exclusão. Ele só se tornará isso, quando o ensino de Pinel tiver sido esquecido, e quando o mito da libertação dos

insensatos de Bicêtre o tenha condenado ao silêncio, pelo escândalo da sua “palavra politizada” (18).»

ORIGENS DO MITO

Devemos estudar agora a origem deste mito e o seu desenvolvimento durante o século XIX. Como vimos, a libertação das correntes não parece ter um grande interesse para Pinel. Ele não procurou atribuir a si próprio a responsabilidade dela, e é de boa vontade que credita o vigilante Pussin (19) de uma tentativa incompleta e tardia deste gesto libertador. Notámos que na primeira edição do *Traité Médico-Philosophique*, Pinel se limita a indicar em nota no fim da página, «que os extravagantes e os mais furiosos do hospício de Bicêtre eram presos com correntes nas suas celas, estavam continuamente agitados dia e noite...; mas depois de se ter estabelecido a utilização do colete de forças, e que estes alienados obtiveram a liberdade de errar nos pátios, a sua efervescência exala-se em esforços contínuos durante o dia, e agitam-se e atormentam-se sem perigo, o que os dispõe para um estado mais calmo e mais tranquilo durante a noite» (20).

Um pouco mais prolixo sobre este assunto na segunda edição do seu tratado, ele fala duas vezes desta libertação. Primeiro na introdução, página XXXI, «a utilização de correntes de ferro para deter um grande número de alienados estava em vigor (não foi abolida senão três anos mais tarde)», e principalmente na página 201, nessa passagem já citada por R. Semelaigne, que atrás assinalámos: «Não foi sem grande mágoa...». Quarenta alienados infelizes que gemiam sob o peso dos ferros há alguns anos foram postos em liberdade, apesar de todos os receios manifestados pelo *Bureau Central*, e foi-lhes permitido vaguear livremente nos

pátios, prendendo-se-lhes apenas os movimentos dos braços com a camisa de forças; à noite, eles eram livres nas suas celas». Apesar desta leitura minuciosa não encontramos mais nada sobre este assunto nos escritos de Philippe Pinel. Parece que se tratava para ele de qualquer coisa de banal, e afinal subalterna. Desde sempre que se tinham tirado e voltado a pôr as correntes aos alienados. Não havia nisso nada de original.

Ele tinha podido ler decerto o efeito sedativo do retirar das cadeias na *Médecine Pratique* de Cullen, que traduzira. Com efeito, aí se lê no capítulo sobre a «Mania»: «é preciso servir-se dos constrangimentos da forma menos incômoda para o doente, e uma camisa estreita satisfaz melhor a finalidade a que nos propomos do que todos os meios que se imaginaram até agora... Não se deve encarregar outros homens de conter os loucos, porque daí resulta uma resistência constante e uma agitação violenta que é muitas vezes prejudicial» (21), e muitos outros conselhos deste género. Maxime Ducamp, alguns anos mais tarde, interpretando a seu modo o mito de Pinel libertador, mostrou bem os limites desta acção (citando uma frase de Cullen que não conseguimos localizar): «Na nosologia de Cullen que tinha traduzido em 1785, Pinel tinha lido que «se é preciso moderar o comportamento dos loucos, deve-se fazê-lo com extrema doçura, que as correntes são bárbaras, irritam-nos, tornam o mal incurável; que os devemos imobilizar sem perigo para eles, com a ajuda de uma estreita camisa cujas mangas são atadas uma à outra; que é conveniente deixar aos doentes toda a liberdade compatível com o seu estado e que é aconselhável isolá-los do seu meio habitual». É daí, sem dúvida alguma, que lhe vem a primeira ideia da reforma que executou; mas ele foi particularmente ajudado por um humilde funcionário cujo nome está hoje esquecido, porque ele o absorveu na sua própria glória.

«Ele encontraria em Bicêtre um homem do povo, de formas um pouco rudes, de coração generoso, uma espécie de rude benfeitor que se chamava Pussin; era um simples vigilante encarregue do serviço dos alienados, trabalho bastante penoso, ao qual ele tinha, por sua autoria, associado a sua mulher. Pussin, sem ter pedido a opinião a ninguém e sem que alguém desse por isso, experimentava desde há bastante tempo o sistema que Pinel iria inaugurar. Ele acompanharia o médico-chefe na sua primeira visita: os loucos gritavam e agitavam-se como sempre. Pinel disse para Pussin: «Quando eles se tornam demasiado maus, o que faz? — Solto-os. — E então? — Eles acalmam-se!». A experiência vinha em auxílio de uma teoria preconcebida, e dava-lhe uma grande força (22). Mas o mito já se tinha formado e precisamos agora de descobrir os seus verdadeiros responsáveis.

As meias verdades de Esquirol

É com Esquirol, o brilhante discípulo e sucessor de Pinel, que se cria a lenda, tal como ela aparece na sua tese inaugural de 1805, onde, homenageando o seu mestre, escreve: «que não se detenham os loucos com correntes, como animais ferozes» (23). Ele vai mais longe em 1816, altura em que precisa no seu artigo «Folie», do *Dictionnaire des Sciences Médicales* a respeito do tratamento moral: «Os ingleses põem em vigor os preceitos de que Areten e Coelins tinham lançado as bases e de que Erastrato e Galeno tinham feito uma aplicação feliz: fizeram disso um segredo; M. Pinel traíu-o, e o tratado da mania do professor francês mudou o destino dos alienados; as suas correntes partiram-se; tratam-nos com mais humanidade, com uma terapêutica mais racional; a esperança atinge os corações, e dirige o seu tratamento; um grande número cura-se» (24). Depois, em 1818, num artigo

do mesmo dicionário sobre «Maisons d'Aliénés», ele dá ao seu gesto, o seu quadro temporal e espacial sem temer as inverosimilhanças históricas: «... M. Pinel foi nomeado médico-chefe para Bicêtre em 1792. Uma feliz inspiração levou este célebre médico a dar os seus tratamentos aos loucos que estavam internados nesta casa, depois de terem sido reconhecidos incuráveis, secundado pelo zelo de Pussin, estimulado por Thouref, cuja morte será durante muito tempo lamentada por todos os amigos das ciências médicas. A administração atribuiu uma enfermaria para os doentes insensatos que antes estavam na enfermaria da prisão. Oitenta maníacos habitualmente presos, foram libertados das suas correntes; abandonados a um tratamento mais doce e mais salutar, vários curaram-se» (25). Curiosamente, ele ficará muito aquém no seu «relatório sobre a proposta de inaugurar o busto de Pinel», na Academia de Medicina, em 6 de Novembro de 1827, um ano após a morte do mestre. Ele contenta-se com uma versão menos precisa: «Aos preconceitos, M. Pinel junta o exemplo, secundado por Pussin, ao qual ele rende justiça no seu tratado da mania; ele parte as correntes dos loucos de Bicêtre...» (26). Pode-se perguntar se ele acredita verdadeiramente nesta libertação (não havia senão uma dezena de loucos presos em Bicêtre em 1740, segundo um relatório de La Rochefoucault-Liancourt) dos «quarenta» tornados «oitenta». E contudo, não hesita em situá-la cronologicamente em 1799, ao retomar no seu tratado «Des Maladies Mentales», de 1910, o seu artigo sobre a loucura, no *Dictionnaire des Sciences Médicales*. Aí escreve: «Pinel... mudou o destino dos alienados: as correntes quebraram-se» (27). E na nota, ele reenvia-nos ao memorando de Scipion Pinel, «Bicêtre em 1792, ou a abolição das correntes», que este último acaba de apresentar, em 1836, na Academia de Medicina. É para este último, uma verdadeira consagração.

As fabulações de Scipion Pinel

Scipion Pinel, o filho, o herdeiro temporal senão espiritual, elaborou e aperfeiçoou o mito entretanto. O que não era até então mais do que uma evocação fugidia, torna-se uma história com os seus personagens, o seu decor, os seus gestos, o seu drama, inteiramente saídos da imaginação fecunda deste filho zeloso e prolixo. Nascido em «Germinal», ano III (22 de Março de 1795), Scipion cresceu à sombra de Salpêtrière; formou-se em Medicina em 30 de Dezembro de 1819, defendeu tese («Investigação sobre alguns pontos de alienação mental») diante de um júri presidido pelo seu pai, de quem está longe de ter o génio, não fazendo mais do que uma modesta carreira de alienista. Como se pode ler em *Biographie des Médecins Français* de 1826, o seu melhor título de recomendação é o de «ser descendente de um homem célebre» (28).

Com um artigo apócrifo de 1823, que atribui a seu pai, ele dá-nos a primeira versão detalhada do mito, produzindo uma verdadeira *mise en scène*. É em 1823 que ele entrega à nova revista médica *Archives Générales de Médecine*, a monografia que se intitula «Sobre a abolição das correntes dos alienados; por Ph. Pinel — nota exterior dos seus cadernos, comunicada por M. Pinel, filho» (29). Eis o início: «Foi no ano III da República que aboli a utilização das correntes nas celas de Bicêtre. O vigilante Pussin foi encarregado da execução; não fizemos outra preparação senão dispor de camisas de força em tela muito forte. No primeiro dia, pusemos doze loucos em liberdade, dando-lhes a faculdade de passearem em camisa de forças. No dia seguinte e nos restantes, as correntes de ferro foram sucessivamente suprimidas» (p. 15). Segue-se então a descrição ainda pouco colorida da libertação de um capitão de navio, inglês, preso há 45 anos, seguida da de um outro oficial, igualmente preso há 36 anos, que dizia ao sair da sua cela subterrânea e escura e ao ver

a claridade: «Como é belo!» Aparece então o chefe da polícia (não é ainda Couthon), intrigado pela novidade escandalosa desta libertação: «Não posso lembrar sem satisfação o susto que teve o chefe da polícia de então, quando soube que íamos suprimir as correntes em Bicêtre. Veio ter comigo e opôs-se vivamente a esta medida, sob pretexto que ela me expunha a perigos que podiam ameaçar-me, que eu era um homem muito precioso, etc., etc... Melhor que qualquer resposta, fizemo-lo testemunhar a cena, e naquela ocasião, a camisa de forças substituiu por completo as correntes» (p. 17). O pai parece ainda falar no escrito do filho. Sabemos contudo que ele está retirado da cena pública há alguns meses em consequência das medidas do Ministério de Corbière, e devido sobretudo a uma grave perturbação cerebral. Mas Scipion não ousa ainda exprimir-se em seu próprio nome. Ele fá-lo-á na versão definitiva, que Esquirol citava, aparecida nas *Memoires de l'Académie de Médecine* em 1836 (t. V, pp. 31-40), e tomada por extenso no *Traité Complet du Régime Sanitaire des Alienés* (30), publicado no mesmo ano. Desta vez, Scipion declarou redigir ele mesmo a história, servindo-se de recordações de seu pai. «A abolição das correntes» é então imaginada com todos os pormenores e o episódio do terrível paraplégico Couthon ao qual se opõe Pinel, é acrescentado, criado inteiramente, como acontecimento preliminar indispensável ao acto corajoso e libertador do alienista intrépido: para libertar os alienados, Pinel deve primeiramente dirigir-se à comuna de Paris para pedir autorização. Ele explica aos membros da comuna que o destino dos alienados de Bicêtre é muito cruel, e que é preciso reformar o «tratamento monstruoso». «Cidadão, diz-lhe um dos membros do Município, irei amanhã a Bicêtre fazer uma visita, mas infeliz de ti se nos enganas, e se encobres os inimigos do povo entre os insensatos.» «O membro da comuna que assim

falava era Couthon. No dia seguinte ele chegou a Bicêtre». Eis como Scipion o descreve: «Couthon é talvez um espectáculo tão estranho como aqueles que ele vai visitar; privado da utilização das suas pernas, ele parece uma fracção humana plantada num outro corpo, e do alto da sua disformidade, deixa cair com voz mole e feminina sentenças implacáveis, sentenças de morte, porque a morte é a única lógica que reina nesta altura». Couthon quer ver e interrogar pessoalmente os loucos, uns a seguir aos outros; conduzem-no a um bloco, mas ele não obtém senão injúrias ou mesmo apóstrofes sanguinárias e não ouve, no meio de gritos confusos e forçados, senão o barulho glacial das correntes que soam nas lajes sujas e húmidas. «Rapidamente fatigado da monotonia e da inutilidade das suas investigações, Couthon vira-se para Pinel: «Ah, cidadão, estás tu mesmo louco, diz-lhe, para querer soltar semelhantes animais?» «Cidadão, responde-lhe Pinel, estou convicto que estes alienados são assim intratáveis porque os privam de ar e de liberdade, e ousa ter grandes esperanças em meios diferentes.» «Bem! Faz o que quiseres, eu abandono-tos! Mas temo que sejas vítima da tua presunção» (31). Scipion descreve então a libertação destes loucos que de quarenta passam a oitenta, com detalhe extraordinário, e inventando ao que parece uma série de personagens, e de diálogos cuja intensidade dramática é admirável. Não faltarão contradições entre a versão de 1823 e a de 1836. Mas finalmente estas inexactidões que aparecem nos discursos, aumentam no leitor a convicção relativa ao mito. Porque elas resistem ao juízo crítico, devido ao próprio carácter mítico destes discursos. Com efeito, o mito retira aos acontecimentos o seu contexto histórico. Transforma a história em natureza. Para o leitor, tudo se passa como se a representação produzisse naturalmente o acontecimento, como se o significado da abolição das correntes chegasse para funda-

mentar a realidade histórica desta libertação. E este discurso mítico nada mais precisará do que deixar-se capturar pelo discurso médico oficial.

Oficialização do mito

Esta oficialização será possível em 1836 porque os médicos, que não são já os contemporâneos do velho alienista, estão dispostos a ouvir o discurso bem engendrado que lhes oferece Scipion Pinel, a ouvi-lo e a aceitá-lo. Estes autores são agora contemporâneos de Esquirol e até seus alunos. Não acreditam já no tratamento «moral», psíquico, que se está a tornar antiquado. Um certo pessimismo cai sobre este tipo de terapêutica (32), o vento de causalidade das doenças mentais muda de direcção. Já não se acredita na sua origem psíquica. Toda a investigação se orienta para a anatomia patológica do cérebro. A descoberta de Bayle torna-se uma espécie de standard deste movimento (33). E o próprio Scipion Pinel foi aluno de Broussais, o demolidor da «Nosographie Philosophique». Ele acreditava na organicidade das doenças mentais e apresentou uma tese à Academia das Ciências em 1826, sobre as causas da alienação mental onde escreve em particular: «Depois do estudo dos sintomas, o conhecimento mais difícil e sem dúvida o mais importante, é o conhecimento das causas físicas da alienação mental» (34). Alguns anos mais tarde, ele publica um livro medíocre sobre a *Physiologie de l'Homme Aliené*, onde as doenças mentais são denominadas «cerebrais», para bem mostrar que, para ele, se trata de lesões cerebrais (35). Um tal movimento organicista tem todo o interesse em esquecer a importância do tratamento moral praticado pelo criador da psiquiatria francesa. Mas é preciso deixar um lugar a este fundador, ao deixar de lado o tratamento psíquico no qual já não se

acredita. Este lugar será o de nosógrafo (cada vez mais discutido), o de administrador e sobretudo o de filantropo. Nisso, os acadêmistas são unânimes. E é esta filantropia que surgirá como a qualidade essencial de Pinel, cuja ilustração exemplar aparece no famoso gesto libertador que Muller criará em 1849 para a Academia de Medicina. E este gesto torna-se rapidamente o essencial da história de Pinel, cuja obra é esquecida. Todos os manuais de psiquiatria a vão reduzir a este gesto. É particularmente o gesto do célebre *Traité Pratique de Maladie Mental*, de 1862, do professor L. V. Marce: «Pinel inaugurou uma era nova na história da medicina mental... ele protestou de forma brilhante contra os odiosos tratamentos dos quais os alienados eram vítimas, ele teve a coragem de eliminar as correntes (1792) e em pleno movimento social que surgia por todo o lado, invocou em seu favor as leis da humanidade» (36). Falret insistirá ainda mais neste aspecto filantrópico, mostrando-nos como Pinel soube utilizar as «boas ideias da Revolução Francesa» para as pôr generosamente em prática. Ele escreve em 1864, na introdução da sua obra *Des Maladies Mentales et des Asiles d'Alienés* que depois da sua nomeação em Bicêtre, Pinel encontrou-se «inteiramente» absorvido pelo «lado filantrópico da sua missão». «O seu coração generoso comoveu-se com as inúmeras misérias de que eram vítimas os alienados. Mas neste ímpeto generoso do seu coração, de que data na realidade a era da renovação dos tratamentos dados aos alienados em toda a Europa, Pinel não foi só arrastado pela tendência natural dos seus sentimentos pessoais, ele foi principalmente o representante das ideias e sentimentos do seu século. Ele tornou-se um dos instrumentos da Reforma Social, produto da filantropia do século XVIII, e realizada tão violentamente em todas as classes da sociedade, pela Revolução Francesa. Os direitos

do Homem eram desconhecidos, a dignidade humana tinha sido espezinhada em todos os graus da escala social; foi reabilitada na pessoa dos alienados.» (37) Vê-se perfeitamente como o mito retomado por J. P. Falret se torna a justificação de uma atitude política oposta à revolução e aos terríveis pré-revolucionárias do fim do século das Luzes do qual Pinel fazia parte. As ideias de justiça, de liberdade e igualdade eram defendidas por todos «os amigos do homem». Estes foram enganados pelos revolucionários que não fizeram mais do que «espezinhar certas ideias generosas que os tinham levado ao Poder». Felizmente, Pinel soube reintroduzi-las justamente onde elas eram mais desconhecidas. Eis o tipo de discurso que podem ter agora os defensores do mito, que se tornarão também nos defensores da República burguesa. Por isso é lógico que a data do 13 de Julho de 1885 fosse escolhida para a inauguração da estátua de Pinel na Salpêtrière, na véspera da festa nacional que criara a Terceira República. O cronista da Sociedade Médico-Psicológica é bastante claro nesta inauguração: «Nada terá faltado para dar a esta manifestação todo o esplendor que ela comportava; a escolha da data, o 13 de Julho, ligava-a à nossa festa nacional» (38). Todos os órgãos administrativos da República estão lá: «a presença do prefeito da Seine e do prefeito da Polícia, dos presidentes do conselho municipal e do conselho geral, dos delegados do ministro do Interior, do ministro da Instrução Pública e das Belas-Artes, do Instituto da Academia de Medicina, do director da Administração-Geral da Assistência Pública, representantes da Imprensa, etc... davam a esta solenidade um carácter imponente. Não era apenas uma sociedade erudita glorificando um dos seus; era uma homenagem pública prestada a um grande cidadão, cujo carácter, dignidade de vida, serviços à humanidade e à pátria, recebiam a mais alta e merecida recompensa» (39). É que Pinel faz

agora parte das glórias republicanas, o seu gesto libertador é definitivamente autenticado e encontra-se integrado no gesto mais geral da República burguesa. De resto, a representação iconográfica mudou: no quadro de Muller, o alienista libertando os loucos de Bicêtre era ainda representado como um médico fazendo a visita, com um assistente tomando notas (não se hesitava em cometer um anacronismo pretendendo que se tratava de Esquirol, chegado todavia, a Paris depois de o seu mestre ter deixado o velho hospício). No quadro de Tony Robert-Fleury, ele estava na Salpêtrière ordenando a abolição das correntes, não como um simples médico, mas como um inspector ou um representante do Poder, vestido com fato de cidade, o chapéu na cabeça e a bengala na mão. Desta vez, ei-lo transformado em estátua, transformado em herói alegórico. A obra do escultor Ludovic Durand é assim descrita pelo nosso cronista: «Pinel de pé, com a cabeça ligeiramente inclinada olha um alienado sentado a seus pés. O doente a quem ele partiu as correntes, parece oferecer-lhe flores; nesta composição muito trabalhada, mas simples e doce, os sentimentos e a ideia são expressos num harmonioso conjunto, com um encanto penetrante. A ciência e a caridade completam o grupo; encostadas às faces laterais do pedestal, elas simbolizam a missão de Pinel e revelam-na no seu duplo aspecto, humanitário e científico.» (40)

Significação e funções do mito

Se este estudo nos permitiu mostrar como o mito pôde nascer e desenvolver-se ao longo do século XIX, é necessário agora alargar o campo de justificação para distinguir as suas significações sociais e políticas. Com efeito, uma explicação histórica individual, interessando-se apenas pelo aparecimento da lenda, não a trataria senão como uma

«sobrevivência, sem se interrogar sobre a sua eficácia simbólica durante muito tempo renovada». Porque o «mito não é apenas uma narrativa arcaica que teria preservado tal traço institucional, mas um lugar onde se pensa toda uma cultura» (41), e no nosso caso preciso tudo o que se pensou e pensa sobre a origem da marcha triunfante da psiquiatria no século XIX. Esta espécie de socioanálise utilizando os dados de uma antropologia histórica da loucura, onde a obra de M. Foucault tem lugar importante, deveria ajudar-nos a explicitar as funções essenciais do mito pineliano.

A ocultação da obra

Uma primeira função largamente elucidada por G. Swain no seu livro *La Naissance de la Psychiatrie* seria a da ocultação progressiva da obra de Pinel, em particular do seu *Traité de la Manie*. A libertação dos alienados virá pouco a pouco lançar no esquecimento a invenção do tratamento moral e mais precisamente do «sujeito da loucura». Segundo este autor, na 1.^a edição do *Traité Médico-Philosophique* do ano IX, haveria o aparecimento de uma mutação radical do juízo da loucura que tornou possível a comunicação com o insensato.

Este livro fundamental teria progressivamente perdido a sua legibilidade, de certo modo apagada pelo gesto místico da abolição das correntes. Assim «este tratado tão decisivo quando da sua publicação, deixou, pouco a pouco, ao longo dos anos, de ser legível — mesmo por aqueles que foram por ele fortemente marcados, e abertos a uma nova verdade da loucura» (42). Este livro que Stendhal leu com tanto interesse em 1806 (indicando-nos que ele está já «totalmente esgotado»), que foi elogiado por Cabanis (nos seus *Rapports du Physique et du Moral*), por Destut de Tracy (nos seus *Eléments d'Ideologie*), por Maine de Biran,

e por Hegel como já vimos atrás, vai ser progressivamente esquecido, desconhecido, pouco lido, de tal forma que o fundador da psiquiatria não é já mais do que este «bom senhor Pinel», como lhe chamava Georges Dumas, o brilhante sucessor de Th. Ribot na cadeira de Psicologia Patológica na Sorbonne. Isto acontece na Academia de Medicina em 1927, quando das cerimónias do centenário da morte do alienista; Dumas apresenta uma comunicação sobre «Pinel Psicólogo» (43) que terminava assim: «Parece que os seus contemporâneos não lhe chamavam senão «o bom senhor Pinel». Esta denominação familiar não parece indicar que se lhe fosse atribuído génio. Não disseram com efeito, «o bom senhor Jean-Jacques», nem «o bom senhor Voltaire», nem «o bom senhor Chateaubriand» (44). Este tom condescendente e com uma tonalidade de menosprezo explicava-se pelo desconhecimento da obra, compensada ou melhor, substituída por uma exagerada importância dada à acção «filantrópica» médico-administrativa.

Havia já este mesmo desprezo da obra pineliana na lição inaugural de B. Ball, quando este foi nomeado [dificilmente, pois estava em concorrência com o grande Magnan (45)] para a nova cadeira das «Doenças Mentais e do Encéfalo», no Hospital de S.^{te} Anne. «Quando percorremos, dizia ele aos seus estudantes, pela primeira vez o tratado de Pinel, perguntamo-nos como um pequeno livro de uma centena de páginas, que não teve senão duas edições — não foi, como se pode ver, um sucesso de livraria —, perguntamo-nos como este pequeno livro pôde operar uma revolução tão profunda. É que por detrás deste livro estava um homem de um espírito verdadeiramente superior e de um carácter eminentemente simpático; um homem finalmente dotado desta preciosa faculdade de formar os seus alunos, que constitui o meio mais seguro e a mais nobre maneira de conquistar a posteridade.

É sobretudo do ponto de vista do tratamento dos alienados, do ponto de vista humanitário e prático, que os esforços de Pinel iniciaram uma via nova... no momento em que os abusos da antiga sociedade desapareciam em todo o lado, levados por uma tempestade, ele fez penetrar no domínio da medicina mental, o potente sopro da Revolução francesa» (46). É, pois, só o homem e os seus gestos inesperados pelos «bons ideais revolucionários» que merecem ser retidos.

Estamos no quadro da tese oficial da recuperação do «bom senhor Pinel», pela Terceira República. É sempre esta mesma versão que é retomada, mesmo por pessoas de grande cultura como Octave Mannoni que escrevia num livro recente, a propósito da psiquiatria do século XIX: «Surge-me o nome de Pinel, mas ele não se ilustra senão no domínio político-administrativo» (47). O que nos mostra bem que os preconceitos históricos têm a vida longa, mesmo para os psicanalistas.

O alibi de uma violência

Mas é que esta «função de ocultação» não é simplesmente um «véu de esquecimento». Ela desdobra-se numa função de alibi. Barthes mostrou-nos bem que o mito, na sua ubiquidade significativa, reproduz «muito exactamente a física do alibi» (48). Mas com a diferença de que um «alibi ordinário» (policial, por exemplo) é «um valor» que «não tem por sanção a verdade: nada o impede de ser um alibi perpétuo» (49). Como nos indica Barthes, podemos facilmente verificar que numa sociedade burguesa, «o mito é uma palavra despolitizada» (50), ou pelo menos uma palavra cuja função política está camuflada. Já vimos como a República burguesa utilizou o «gesto libertador de Pinel». Esta recuperação política é bem visível na lição inaugu-

ral de Ball, como na cerimónia de inauguração da estátua do alienista da Salpêtrière, e indo mais longe no tempo, com J. P. Falret, com Scipion Pinel e com Esquirol, que, pela primeira vez, distinguiu as boas ideias libertadoras (aquelas que fundamentam o sistema liberal burguês), da utilização abusiva, pelos «agitadores», do gesto nobre e generoso de Pinel. Podemos perguntar-nos a este respeito, se a data de 1792 que ele impõe para o gesto mítico (enquanto que Scipion Pinel, fala sempre em 1793) não está ligada ao episódio dos «malfeitores» de Setembro de 1792 que nos conta Pinel, segundo as recordações de Pussin. Em 1792, reina Luís XVI (até 10 de Agosto de 1792). O sacrilégio regicida ainda não foi cometido. A acção de Pinel situar-se-ia assim, ainda no período da «boa revolução», o dos burgueses moderados desejando uma monarquia constitucional, como a de Louis-Philippe, em 1830. Podemos ver quanto o mito serve profundamente os interesses da classe burguesa que tomou o poder no século XIX.

É pois o alibi de uma violência que se vai encontrar no centro da instituição psiquiátrica, pois assim que a burguesia tomou definitivamente o poder com o governo de Louis-Philippe, logo editou a famosa legislação esquioliana que rege ainda em França o destino dos doentes mentais. O 30 de Junho de 1838 continua uma data histórica, ainda mencionada em todos os certificados de internamento. Podemos perguntar-nos qual a relação do mito com esta organização do asilo e do poder psiquiátrico que a lei instaura definitivamente? Sabemos que a «filantropia» do alienista era uma máscara da relação de extrema violência existente no asilo, um alibi para o psiquiatra onnipotente: «Eu libertei-os das suas correntes, tornei-os felizes dentro dos limites do asilo e quero a sua felicidade que passa pela sua “normalização”. E apenas eu conheço os meios de chegar a esta cura.» Eis o discurso do alienista desta época, dis-

curso que se quer humanitário, mas que é de facto extremamente autoritário, particularmente na boca de um François Leuret. O mito da libertação das correntes não é apenas um alibi; ele também é o fundador desta delação do médico com o alienado, caracterizada por uma extrema violência e por um poder quase despótico na instituição asilar.

As cadeias transparentes

Esta função despota necessita de uma visibilidade total. Scipion Pinel dissera-nos que os alienados vêem retiradas as correntes, e saem das suas celas para verem a luz do dia. Lembremo-nos da exclamação de alegria daquele alienado libertado, na fábula pineliana: «o seu primeiro movimento é olhar o sol e de excluir em êxtase: “como é belo”» (51). Mas é sob o olhar do alienista e dos vigilantes que eles serão mantidos. *As correntes tornaram-se transparentes*. A vigilância substitui a clausura. E é aí que a interacção panóptica aparece, tal como a criou Jeremy Bentham. O célebre jurista inglês tinha escrito em 1791 uma memória que Pinel conhecia, sem dúvida, porque ela tinha sido dirigida pelo seu autor à Assembleia Nacional da jovem Revolução Francesa (52). Sabe-se o que é o princípio da vigilância absoluta (*Universal Inspection Principle*): o olhar, que sem constrangimentos aparentes, porque ele deixa fazer tudo, reprime melhor que as repreensões orais e físicas. Para isto, basta construir uma prisão circular com as células suficientemente orientadas para o interior, na direcção da torre central onde se encontra o guarda que observa os prisioneiros, tendo-os todos de baixo de olho, podendo ver tudo e tudo ouvir sem ser visto. «A finalidade do estabelecimento será tanto melhor realizada quanto os indivíduos que devem ser vigiados, estiverem o mais constantemente sob o olhar daqueles que estão encarregados de os vigiar.

A perfeição ideal, se nos fixássemos a estes objectivos, exigiria que cada indivíduo estivesse constantemente nesta posição» [Bentham (53)]. A principal vantagem do panóptico é: estar permanentemente sob o olhar de um inspector é perder, com efeito, a possibilidade de fazer o mal e quase de pensar fazê-lo» (54). Além disso, a vantagem acessória é a de permitir regulamentar ao mesmo tempo a organização e a hierarquia no estabelecimento, «é a de pôr os subinspectores, os subalternos de toda a espécie, sob a mesma inspecção que os prisioneiros; nada se pode passar entre eles que não seja vista pelo inspector-chefe» (55). Assim tudo está regulado; o sistema pode funcionar não apenas contra os delinquentes, mas também contra os guardas, e porque não os alunos de uma escola, os doentes nos hospitais e os loucos no futuro asilo. Bentham desenvolve todas estas possibilidades. E aplica assim o panóptico às «casas de loucos»: «não devemos esperar, nem aspirar a que os estabelecimentos que existem hoje, sejam demolidos para dar lugar a outros, construídos de acordo com o princípio da inspecção. Mas se no futuro, novas construções viessem a ser feitas para esses fins e o fossem segundo este modelo, a função destas instituições não poderia deixar de ser salutarmente influenciada. A fúria dos loucos, como a dos maus, é possível de ser dirigida tanto contra os seus semelhantes, como contra eles próprios. Se, neste último caso, só as correntes têm poder para os restringir, em todos os casos restantes em que se apreende o primeiro perigo, os loucos separados, e, como nas prisões, submetidos à vigilância central, tornariam inúteis o uso das correntes e outros meios dolorosos de coacção» (56). Assim, antes de P. Pinel, as correntes podiam ser retiradas. Mas, tal como para o alienista, não se trata senão de um alibi filantrópico, para camuflar a relação de violência e de poder discricionário que se pode instituir, graças a esta nova organização totalitária. O louco já não é isolado, vive numa certa comuni-

dade asilar, mas ele está sob a vigilância constante, o olhar constante e de certa forma, à mão, do seu mestre, o médico, e dos guardas que este último vigia. Este poder absoluto do médico que observa, que classifica, que reeduca os seus doentes, encontra no sistema panóptico todas as condições favoráveis ao seu funcionamento e à sua manutenção. É certo que este sistema funciona mais simbolicamente que numa realidade arquitectónica. Ele pode, em todo o caso, permitir uma espécie de «julgamento perpétuo» (57). Porque, como o lembra Foucault, «o asilo que Pinel sonha... é um microcósmo judiciário. Para ser eficaz, esta justiça deve ser temível no seu aspecto... A instância judiciária que é o asilo, não reconhece nenhuma outra. Ela julga imediatamente e em última instância, Ela possui os seus instrumentos próprios de punição e utiliza-os à sua vontade» (58). Assim, a loucura, se é finalmente reconhecida como sendo a de um sujeito que não tenha perdido completamente a razão, continua no entanto a ser posta em julgamento. Foucault reconhece que a loucura já não é confiada ao «arbitrio dos poderes da razão» a partir do fim do século XVIII: «Dir-me-ão que a palavra do louco já não está no outro lado; que ela já não é nula e inexistente... que nela procuramos um sentido... e que chegamos a suspendê-la, esta palavra do louco, no que nós articulamos, neste rasgão minúsculo por onde o que dizemos nos escapa» (59). Todavia, «é sempre no manter da censura que se exerce a escuta» (60). Porque agora a loucura «é julgada: e não de uma só vez, à entrada do asilo, de forma a ser reconhecida, classificada e tornada inocente para sempre; pelo contrário, ela é tomada num perpétuo julgamento que não cessa de a perseguir e de aplicar as sanções, de proclamar faltas, e de exigir emendas honrosas, de, finalmente, excluir aqueles cujas faltas podem comprometer por muito tempo a ordem social» (61).

A apoteose médica

Era inevitável que neste dispositivo, a «pulsão do poder» do alienista se fizesse sentir cada vez mais, e tanto mais quanto ela participava das próprias condições de funcionamento da organização asilar. Assiste-se a uma preponderância do papel médico, à «apoteose do personagem médico» neste «mundo asilar» (62). O médico torna-se verdadeiramente o personagem essencial do asilo, aquele que deve ter toda a autoridade, que comanda ao mesmo tempo a entrada, a repartição e toda a administração terapêutica e política. Mostrámos como durante toda a primeira metade do século XIX, este princípio de autoridade médica absoluta iria tornar-se o axioma fundamental do «tratamento moral» (63). Lembremos apenas o que dirá em 1820, E. Georget, repetindo as lições de Pinel e de Esquirol: «uma hierarquia dos poderes» é obrigatória. E o médico é o único director; nada se faz sem as suas ordens e segundo as suas ordens. Porque «o governo dos loucos deve ser absoluto; todas as questões devem ser decididas sem apelo, nem agravo pelo médico que poderá, se os pedidos e reclamações dos doentes se tornarem demasiado importantes, opor-lhes o regulamento da casa. Se existissem várias autoridades rivais, invejosas do poder, não estariam de acordo senão raras vezes, e não deixariam de favorecer a desobediência de um lado ou de outro. Deve-se evitar repreender publicamente os empregados pelas suas faltas, os doentes aproveitariam para resistir mais, e desprezar as ordens» (64). Podemos pois dizer como Foucault que o alienista não introduziu apenas uma «ciência clínica» em Bicêtre e em Salpêtrière. Ele introduziu igualmente um «personagem cujos poderes não solicitavam do saber mais do que um disfarce ou, no máximo, uma justificação». Se o personagem médico pode apreender a loucura, não é porque a conheça, é porque ele a domina; e «o que para o positivismo fará

figura de objectividade, não é mais do que a outra vertente, a pendente desta dominação» (65).

Conclusão

Porque o positivismo inerente à psiquiatria nascente não está unicamente ligado ao conhecimento clínico objectivo, ele é, primeiro que tudo, atitude moral e certeza para o médico, de não ser louco: «uma certa consciência de não loucura que se torne, para o sujeito do saber, uma situação correcta, uma base sólida, a partir da qual é possível conhecer a loucura» (66). Assim, a redução da experiência clássica de uma *déraison* animal totalmente separada do humano, a uma percepção essencialmente moral da loucura servirá de fundamento a todas as concepções «patológicas» da doença mental no século XIX. A interpretação da história mística da libertação das correntes é pois clara: as correntes mudaram de natureza. Foram substituídas pela domesticação moral, pelo tratamento do alienado como «menor» em tutela, no quadro de uma violência exercida em nome de um poder médico absoluto. E logo que as correntes se abrem, é menos a razão que a possibilidade de encontrar um lugar na ordem social que o insensato encontra: «as correntes caem, o louco encontra-se libertado. Ou antes: não é a razão que aparece em si mesma; são espécies sociais constituídas que adormecem longamente sob a loucura, e que se erguem em bloco, numa conformidade perfeita com o que representam, sem alteração nem disfarce. Como se o louco, libertado da animalidade à qual as correntes o constriam, não se juntasse à humanidade a não ser no *tipo social*» (67). Assim, o importante não é o facto das correntes terem sido abertas... o importante é o mito que deu sentido a esta libertação, abrindo-as sobre uma razão povoada de temas sociais e morais...

constituindo, no imaginário, a força ideal de um asilo. Um asilo que não fosse já uma jaula do homem abandonado à sua selvajaria, mas uma espécie de república do sonho onde as relações não se desenrolariam senão numa transparência virtuosa» (68).

RESUMO

Tendo como assunto-base, a libertação dos alienados por Pinel em 1793, Postel aborda neste artigo e dentro duma perspectiva histórica, as circunstâncias, por vezes voluntárias, que levaram à criação do mito ao qual aquele médico do século XVIII está ligado.

Postel pretende proporcionar ao leitor, uma visão do verdadeiro Pinel, bem como esclarecer as origens do mito e tudo o que o envolve — desde as causas às consequências.

RÉSUMÉE

Ayant par sujet-base, la libération des aliénés par Pinel en 1793, Postel aborde dans cet article et dans une perspective historique, les circonstances, parfois volontaires, qui ont provoqué la création du mythe auquel ce médecin du XVIIIème siècle est lié.

Postel prétend proportionner au lecteur, la vision du vrai Pinel et aussi éclaircir les origines du mythe et tout ce qui l'entoure — ses causes et ses conséquences.

SUMMARY

Having by basical subject the liberation of the alienated by Pinel in 1793, Postel approaches in this article and within an historical perspective, the circumstances that lead to the creation of the myth to

which that XVIII century doctor is linked. Postel pretends to proportionate to the reader the vision of the true Pinel as well as to clarify the origins of the myth and everything involving it — its causes and its consequences.

NOTAS

- (1) Charles MULLER (1815-1892) — Pintor francês muitas vezes designado pelo nome de «Muller de Paris»; era um aluno do Barão GROS. Pintou o seu «Pinel libertando os alienados» em 1849. Este quadro teve como complemento, em 1850, «O apelo das últimas vítimas do Terror», o que o tornou célebre. Estas duas obras executadas durante o prelúdio do Segundo Império pretendem ao mesmo tempo desacreditar o povo revolucionário e reabilitar o burguês filantropo que, esse, não terá utilizado a Revolução senão com um objectivo humanitário.
- (2) Tony ROBERT-FLEURY (1837-1912) — Pintor francês «oficial». Durante a exposição universal de Champ de Mars, em Paris, em 1867, sobressaía e reparava-se num quadro de Tony Robert-Fleury: «Varsóvia, 8 de Abril de 1861». «Sinistro sem invectiva, terrível sem frases pitorescas, este quadro representava a infantaria russa fazendo fogo sobre uma multidão de quatro mil pessoas, entre as quais muitas mulheres e crianças, multidão essa cercada por todos os lados numa praça de Varsóvia. É tal a causa célebre que a exibição dum tal pintura, imagem ténue dos relatos do «Moniteur», advogou as circunstâncias a atenuantes ainda mais eloquentemente do que a palavra eloquente do defensor.» (Ch. Blanc, *Les artistes de mon temps*, Paris, Firmin-Didot, 1867, p. 474.) Tony-Robert-Fleury era um frequentador assíduo da sociedade médica parisiense. Pintou o retrato de inúmeros médicos importantes, como o do médico «Grisolle», no Hotel Dieu de Paris.
- (3) CHARCOT (J. M.) — *Exposé sur les titres scientifiques — Versailles, Certif et Fils*, 1882, p. 172: «As pesquisas levadas a cabo no hospital da Salpêtrière por Charcot e sob a sua direcção, por diversos alunos seus acerca do hipnotismo, datam de 1878.»
- (4) FOUCAULT (M.) — *Histoire de la folie à l'âge classique* — Paris, Plon, 1961.
- (5) POSTEL (J.), POSTEL (M.) et PRIVAT (P. H.) — As duas introduções ao «Traité Médico-Philosophique» de Pinel. *Annales Médico-Psychologiques* (1970), 120, I, pp. 15-48.
- (6) POSTEL (J.) — Philippe Pinel et le mythe fondateur de la psychiatrie française. *Psychanalyse à l'Université* (1979), 4, n.º 14, pp. 197-245.
- (7) BOULLOTTE (G.) — Apresentação e críticas da «Vie de Philippe Pinel, par son fils Scipion». *Information psychiatrique* 1968), 44, n.º 9, pp. 823-828.
- (8) CHABBERT (P.) — Les années d'études de Philippe Pinel: Lavour, Toulouse, Montpellier, *Monspeliens Hippiocrates* (1960), 7, pp. 15-22.
- (9) CHABBERT (P.) — Philippe Pinel à Paris (jusqu'à sa nomination à Bicêtre). C. R. *XIXème Congrès International de l'Histoire de la Médecine*, (1966), Bâle, Harger, pp. 189-595.
- (10) CHABBERT (P.) — L'oeuvre médicale de Philippe Pinel — C. R. *XCVIème Congrès Sociétés Savantes* (1974), Toulouse, pp. 153-161.
- (11) LECHLER (W. H.) — Philippe Pinel: seine familie, seine jugend und studien jahre. 1745-1778, Munique, *Thèse Méd.* 1959.
- (12) MARSET (P.) — El punto de partida de la obra psiquiátrica de Pinel. *Medicina Española* (1971), 65, pp. 390-404.
- (13) WEINER (D. B.) — Health and Mental Health in the Thoughty Philippe Pinel: The emergence of psychiatry during the french Revolution, in ROSENBERG (C. E.), *Healing and History. Essays for George Resen Dowson*, Science History Publ. 1979, pp. 59-85.
- (14) WEINER (D. B.) — The apprenticeship of Philippe Pinel: A new document. *Clio Medica* (1979), 13, n.º 2, pp. 125-133.
- (15) THUILLEAUX (M.) — *Connaissance de la folie*. Paris, P. U. F., 1973, p. 42.
- (16) HEGEL (G. W. F.) — *Encyclopédies des Sciences philosophiques*. Trad. fr. de Gibeilin, pp. 233-234 (citado por Thuilleaux, *ibid.*).
- (17) PINEL (Ph.) — *Traité Médico-Philosophique sur l'aliénation mentale ou la Manie*, Paris, Richard, Caille et Ravier, ano IX, 318 pp. Os dois primeiros e o quarto capítulos são a quase-reprodução das três memórias apresentadas na Sociedade Médica de Emulação, em 1797-1799: Sur la manie

- périodique ou intermittente (1797). Sur le traitement moral (1799). Sur l'observation et la division des aliénés en espèces distinctes (1799). Tomos I, II e III de *Mémoires de la Société Médicale d'Emulation*, Paris, Richard, Caille et Ravier, anos VII, VIII e IX.
- (18) BARTHES (R.) — *Mythologies*. Paris, Seuil, 1957. Réédition, Coll. «Points», p. 230.
- (19) PUSSIN (que por vezes se ortografa «Pier-sin»), vigilante dos loucos em Bicêtre, já aí estava antes da chegada de Pinel. Seguirá com este para a Salpêtrière, mas somente em 25 «floréal», ano X (15 de Maio de 1802). É substituído em Bicêtre por Bernard Dutourné. Manter-se-á colaborador de Pinel até à sua morte, em 1810.
- (20) PINEL (P.) — *Traité Médico-Philosophique*, 1.ª edição, *op. cit.*, p. 190.
- (21) CULLEN — *Eléments de Médecine Pratique*, tr. fr. de Bosquillon, Paris, Barrois, 1887, t. II, p. 486.
- (22) DUCAMP (M.) — *Paris, ses organes, ses fonctions et sa vie*. Paris, Hachette, 5.ª ed. 1975, t. IV, pp. 316-317.
- (23) ESQUIROL (E.) — Des passions considérées comme causes, symptômes et moyens curatifs de l'aliénaion mentale, *Thèse Médecine*, Paris, 1805, p. 6.
- (24) ESQUIROL (E.) — Article «Folie». *Dictionnaire des Sciences Médicales*, t. XVI, 1816, p. 218.
- (25) ESQUIROL (E.) — Artigo «Maisons d'aliénés». *Dictionnaire des Sciences Médicales*, t. XXX, 1818, p. 51.
- (26) ESQUIROL (E.) — Rapport sur la proposition d'inaugurer le buste de Pinel dans la salle des séances de l'Académie. *Mémoires de l'Académie de Médecine* (1828), I, p. 226.
- (27) ESQUIROL (E.) — *Des maladies mentales*, Paris, Baillière, 1838, t. 1, p. 118.
- (28) *Biographie des Medecins Français*, Paris, 1828, p. 102.
- (29) *Archives Générales de Médecine* (Maio de 1823), 1.ª ano, t. II, pp. 15-17.
- (30) PINEL (S.) — *Traité complet du régime sanitaire des aliénés*, Paris, 1836.
- (31) *Ibid.*, pp. 56-57.
- (32) POSTEL (J.) — Naissance et décadence du traitement moral pendant la première moitié du XIXème siècle. *Evolution Psychiatrique*, 44, n.º 3 (juillet-sept. 1978), pp. 585-616.
- (33) POSTEL (J.), GEORGET e BAYLE — Deux destins contraires. *Psychanalyse à l'Université* (1978), 3, 11, pp. 445-465.
- (34) PINEL (S.) — *Recherches sur les causes physiques de l'aliénation mentale. Mémoire à l'Académie des Sciences, présenté le 20 février 1826*. Paris, Imp. David, 1826, p. 3.
- (35) PINEL (S.) — *Physiologie de l'homme aliéné appliquée à l'analyse de l'homme social*. Paris, De Just Rouvier et Le Bouvier, 1833.
- (36) MARCE (L. V.) — *Traité pratique des maladies mentales*, Paris, J. B. Baillière, 1862, p. 29.
- (37) FALRET (J. P.) — *Des maladies mentales et des asiles d'aliénés*. Paris, 1864, Introdução, p. 11.
- (38) A. M. Chronique — Inauguration de la statue de Ph. Pinel. *Annales Médico-Psychologiques*, 7, II (sept. 1885), pp. 177-178.
- (39) *Ibid.*, p. 178.
- (40) *Ibid.*, p. 178.
- (41) FABRE (D.) — Artigo «Mythe», in LE GOFF: *La Nouvelle Histoire*. Paris, Retz, 1978, p. 430.
- (42) SWAIN (G.) — *Le sujet de la folie. Naissance de la psychiatrie*. Toulouse, Privat, 1977, p. 150.
- (43) DUMAS (G.) — Pinel Psychologue. *Annales Médico-Psychologiques* (1927), II, pp. 82-89.
- (44) *Ibid.*, p. 89.
- (45) MAGNAN (V.) — *Exposé des titres et travaux scientifiques*, Clermont (Oise), 1935, p. 6.
- (46) BALL (B.) — *Leçons sur les maladies mentales*. 1.ª ed., Paris, Asselin e C.º, 1890, pp. 21-22.
- (47) MANNONI (O.) — *Fictions freudiennes*. Paris, Seuil, 1978, p. 107.
- (48) BARTHES (R.) — *Op. cit.*, p. 209.
- (49) *Ibid.*, p. 209.
- (50) *Ibid.*, p. 230.
- (51) PINEL (S.) — *Traité complet.*, *op. cit.*, p. 58.
- (52) BENTHAM (J.) — *Panoptique, Mémoire sur un nouveau principe pour construire des maisons d'inspection, et nomément des maisons de force*, Paris, Imprimerie Nationale, 1971, p. 56.
- (53) BENTHAM (J.) — *Le panoptique*, Paris, Belfond, 1977, p. 98.
- (54) BENTHAM (J.) — *Panoptique, Mémoire...*, *op. cit.*, p. 8.
- (55) *Ibid.*, p. 9.
- (56) BENTHAM (J.) — *Le Panoptique*, *op. cit.*, pp. 151-152 (sublinhado por nós).
- (57) FOUCAULT (M.) — *Folie et déraison. Histoire de la folie à l'age classique*. Paris, Plon, 1961, p. 599. O autor não ousa negar totalmente a lenda pineliana: «Inútil recusá-las (estas imagens). Temos poucos documentos

que sejam mais válidos. E depois, são demasiado densas na sua ingenuidade para não revelar muito do que não dizem. Seria necessário poder decifrar, simultaneamente, na surpreendente profundidade de cada uma, a situação concreta que elas enquadram, os valores míticos que elas dão como verdadeiros e que transmitiram; e por fim, a operação real que foi feita e da qual elas nos dão apenas uma tradução simbólica» (p 558). Mas ele trata a lenda, no entanto, como um mito que é necessário interpretar.

(58) *Ibid.*, p. 600.

(59) FOUCAULT (M.) — *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971, p. 14.

(60) *Ibid.*, p. 15.

(61) FOUCAULT (M.) — *Folie et déraison*, *op. cit.*, p. 603.

(62) *Ibid.*, p. 604.

(63) POSTEL (J.) — *Naissance et décadence du traitement moral...*, *op. cit.*

(64) GEORGET (E.) — *De la folie*. Reeditado e apresentado por J. Postel, Toulouse, Privat, 1972, p. 137.

(65) FOUCAULT (M.) — *Folie et déraison*, *op. cit.*, p. 606.

(66) *Ibid.*, p. 554.

(67) *Ibid.*, p. 575.

(68) *Ibid.*, pp. 576-577.

assine

ANÁLISE PSICOLÓGICA

Envie-nos o seu pedido de assinatura, acompanhado de um cheque ou vale de correio (600\$00 — normal, 700\$00 — instituições) emitido em nome do INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA, Av. Marquês de Tomar, 33, 4.º-Esq. — Lisboa.

Envie-nos as suas sugestões e críticas. Participe na produção desta Revista.